



As forças militares dos Aliados deviam ser reestruturadas para operações defensivas, numa política não nuclear

Cimeira da NATO: aprender as lições e mudar

O Conceito Estratégico que a NATO vai aprovar na cimeira de Lisboa deve servir para adequar a Aliança aos desafios com que hoje se confronta e prosseguir os objectivos fundacionais: o compromisso com a paz, a segurança e a justiça internacionais, a herança civilizacional comum aos seus povos, assente no Estado de direito, na democracia e na liberdade e nos objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas.

Mas a NATO nem sempre correspondeu aos ideais - começou por contar com a ditadura portuguesa entre os fundadores, em 1949. Dessas contradições resulta o legado de hoje: proliferação nuclear, guerra no Afeganistão, desconfiança com a Rússia, contradições entre Aliados (incluindo a desigual partilha de esforços entre europeus e americanos, só equilibrável através das sinergias de uma Política Comum de Segurança e Defesa da UE, sobretudo em tempos de restrições orçamentais).

Depois da Guerra Fria, a NATO tornou-se numa aliança político-militar híbrida: do enfoque na defesa territorial através da dissuasão, passou a instrumento de gestão de crises e manutenção da paz a nível europeu. Mas o envolvimento no Afeganistão expôs crescentes dificuldades operacionais e perda de confiança no conceito dessa missão e na própria direcção estratégica da NATO.

O novo Conceito Estratégico deveria permitir à NATO tirar as lições e desenvolver parcerias com a ONU, a EU, a OSCE, a AU, etc... em missões de paz e gestão de conflitos, fornecendo capacidades, apoio logístico e na reforma dos sectores de segurança pós-conflito, ou forças de reacção rápida para missões (incluindo de assistência humanitária) com mandato limitado e ancorado no direito internacional.



Ana Gomes

A defesa colectiva, centrada no artigo V do Tratado do Atlântico Norte, tem de assentar em garantias não ofensivas e no princípio da segurança humana e na "responsabilidade de proteger"

Por obrigação moral e legal, a NATO só pode usar a força com autorização do Conselho de Segurança ou em autodefesa, perante perigo real, iminente e grave e a inacção do Conselho a tempo.

A doutrina devia ser revista e as forças militares dos Aliados deviam ser reestruturadas para operações defensivas, numa política não nuclear, mas mantendo poder de dissuasão convencional credível e capacidade de resposta proporcional contra qualquer agressor.

No entanto, ainda a Cimeira de Lisboa não arrancou e já foi adiado o debate sobre a utilidade do nuclear na estratégia dissuasora da Aliança, embora já desde 2007 insuspeitos atlantistas como Kissinger, Shultz, Perry e Nunn alertem que o "mundo está no precipício de uma nova e perigosa era nuclear" e para os riscos de proliferação. Perde-se assim a oportunidade aberta pelos apelos de Obama por um mundo livre de armas nucleares, pela Revisão da Postura Nuclear dos EUA e o novo Acordo START assinado com a Rússia em Abril passado - se as potências da NATO não dão o exemplo, começando a desmantelar os seus arsenais nucleares, como estão obrigadas pelo art. VI do Tratado de Não Proliferação Nuclear, como hão-de esperar que outros (do Irão ao Brasil) não se esforcem por adquirir armas nucleares?

O 11 de Setembro de 2001 mudou a equação da segurança global. No século XXI, as principais ameaças não provêm de exércitos de países inimigos, pelo contrário caracterizam-se por desconhecer fronteiras. Visam a civilização democrática, em nome de extremismos religiosos ou outros e empregam tácticas terroristas que a NATO tem de saber conter. Implicam o recurso à violação de mulheres e crianças como arma de guerra, o uso letal de equipamentos de utilização corrente, ciberataques ou ataques com substâncias químicas, biológicas ou radiológicas ou nucleares com potencial de exterminação maciça e de paralisar infra-estruturas críticas.

A defesa colectiva, centrada no artigo V do Tratado do Atlântico Norte, tem de assentar em garantias não ofensivas e no princípio da segurança humana e na "responsabilidade de proteger" - o que implica a centralidade da protecção de civis em todas as operações da NATO.

A política de contra-terrorismo da NATO deveria investir na cooperação internacional para melhorar a "inteligência humana", reforçar capacidades civis de impor a lei, restringir o acesso terrorista a fundos e a armas e as razões que conduzem gente à violência radical.

Hoje, a NATO precisa da Rússia para a estabilidade na região euro-asiática e global - por isso recorreu ao seu apoio logístico no Afeganistão. Obama vai procurar em Lisboa obter o apoio de Moscovo para a instalação de um escudo antimíssil na Europa, no quadro NATO. "As parcerias estratégicas fazem-se com base na igualdade", avisou Sergei Lavrov, ministro dos Negócios Estrangeiros russo. A retórica que domina ainda as relações NATO-Rússia, de parte a parte, não ajuda. Para a NATO, o sistema antimíssil serve para conter a ameaça iraniana, mas a Rússia julga-se visada - muito pelos receios que os europeus de Leste e bálticos alimentam (não sem razões) contra Moscovo. Mas a NATO só lhes conseguirá dar garantias de segurança se investir numa parceria construtiva com a Rússia que identifique ameaças comuns e reforce mecanismos conjuntos para prevenir, gerir e resolver conflitos.

O escudo antimíssil poderá ditar o sucesso ou o insucesso desta cimeira. Mas faz-nos voltar ao ponto de partida: mais armas chamam armas... O desafio principal que a NATO enfrenta é liderar pelo exemplo para defender os Aliados e contribuir para a segurança global. *Eurodeputada eleita pelo Partido Socialista e membro efectivo da Comissão Parlamentar dos Assuntos Externos e da Subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu*